

A essência da crise econômica no pensamento de Karl Marx

Prof. Dr. Adilson Marques Gennari

Resumo:

Este trabalho tem o objetivo de tecer uma breve reflexão sobre a categoria “crise” à luz do pensamento de Karl Marx. Ficaremos focados nas ideias originais de Marx sobre a crise do capitalismo e a partir daí, tecer uma reflexão com o apoio de alguns autores contemporâneos no campo do marxismo, principalmente István Meszárós e suas ideias sobre a crise estrutural. Nossa hipótese é a de que para Karl Marx, o capitalismo não está ou deixa de estar em crise. Para Marx, o capital, enquanto relação social de dominação, é ele mesmo uma crise, já que necessita criar um desequilíbrio permanente entre a oferta e demanda global, cuja origem e essência está na própria produção das mercadorias, cujo epicentro é a desigualdade na criação de valor na esfera da produção, que se expressa na aparência fenomênica como crise econômica. Nosso objetivo, é, pois, apresentar como Karl Marx demonstrou tal fenômeno. No final apresentamos uma questão sobre crise e mudança da sociedade para Marx e para Meszárós, problematizando as categorias crise e crise estrutural.

Palavras chave: crise econômica, crise estrutural, desequilíbrio, esfera da produção

Key words: economic crisis, structural crisis, imbalance, sphere of production

1. Introdução

Este ensaio tem o objetivo de tecer uma breve reflexão sobre a categoria “crise” à luz do pensamento de Karl Marx. Portanto, apresentaremos as principais aproximações de Karl Marx sobre o assunto contidas na obra *O Capital*. As ideias clássicas de Marx iluminam até o presente momento todas as reflexões no vasto campo do marxismo. Ficaremos focados nas ideias originais de Marx sobre a crise do capitalismo e a partir daí, tecer uma reflexão com o apoio de alguns autores contemporâneos no campo do marxismo, principalmente István Meszárós e suas ideias sobre a crise estrutural. Nossa hipótese é a de que para Karl Marx, o capitalismo não está ou deixa de estar em crise. Para Marx, o capital, enquanto relação social de dominação, é ele mesmo uma crise.

As crises econômicas se manifestam como um desequilíbrio entre a oferta e a demanda global, ou como uma desproporção entre departamentos. Também pode se manifestar como quebradeira geral de empresas, queda nas ações mas bolsas de valores, estoques invendáveis, sub-consumo, desemprego em massa, etc. De maneira geral, portanto, a crise é a manifestação de um desequilíbrio. A questão é que para Marx, se a aparência coincidissem com a essência não necessitaríamos da ciência.

A questão que colocamos para reflexão é: qual é essencialmente a real causa das crises econômicas, ou seja, qual a sua essência? Qual o epicentro e a causa fundante essencial das crises econômicas no capitalismo? Esta pergunta só poderá obter resposta plausível na reflexão que Karl Marx faz sobre a própria essência do capitalismo e da acumulação de capital, reflexão esta desenvolvida na obra *O Capital*. Eis o objetivo desta comunicação, qual seja, explorar um pouco a reflexão de Marx sobre o assunto, no sentido de apresentar a essência da própria crise, que na verdade, determina suas manifestações fenomênicas acima colocadas. Esperamos com isso contribuir para o debate, no campo da economia política, desta questão tão fundamental pois vivemos numa quadra histórica onde as forças ontológicas da civilização do capital, ou seja, a produção fundada na produção de mais-valia, pode colocar a terra e a humanidade nos limites da própria existência como natureza e como vida na terra.

A aparência fenomênica não é a essência, ou seja, não sabemos nada sobre a crise capitalista se ficarmos apenas no campo das aparências, apenas sabemos como ela se manifesta. Nas explicações baseadas nas aparências, que Marx chamava de pensamento apologético ou mais precisamente, economia vulgar, conhecida nos meios acadêmicos como economia neoclássica, as explicações são raciocínios tautológicos ou redundantes, ou seja, a causa da crise é a própria crise.

2. A essência da crise em O Capital de Karl Marx:

Existem várias vertentes de análise das crises do capitalismo como, por exemplo, a obra de Ernest Mandel sobre chamado capitalismo tardio, ou os trabalhos de J. Schumpeter (A teoria do desenvolvimento econômico) sobre o papel do inovador na mudança estrutural e nos ciclos econômicos; Michal Kalecky (Crescimento e ciclos das economias capitalistas) sobre as relações dos departamentos e da distribuição da renda entre as classes, sem falar nas ondas longas de Kondratiev e da gigantesca contribuição de John Maynard Keynes (Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda) sobre a demanda efetiva e o próprio papel do Estado. Mas é possível encontrar também reflexões sobre a realidade da crise do capitalismo na sociologia, nas obras de Anthony Giddens (As consequências da modernidade), ou na filosofia, com as obras de Robert Kurz (O colapso da modernização) e Stván Meszárós (Ir além do capital) cujo objeto é a própria civilização capitalista. Entretanto, entendemos que

nada descobriremos sobre a gênese e os determinantes estruturais das crises sem recorrer aos estudos de Karl Marx, principalmente em sua grande obra “O Capital”.

Segundo Vieira, no que diz respeito às crises, Marx “chegou a duas conclusões cruciais: estas não eram fenômenos episódicos, mas necessidades constitutivas do próprio movimento contraditório do capital; também não eram resultados de choques desse mesmo movimento contra obstáculos que lhe fossem exteriores, posto que, em seu pleno desenvolvimento, o capital tendia a subordinar todas as esferas da vida e constituía-se como o limite de si próprio”. (Vieira, 2023: 31)

Se a crise é inerente ao capital e ao capitalismo, importa saber qual sua origem e determinação, e como ela se coloca como categoria na construção teórica de Karl Marx? Entendemos que um dos aspectos mais assombrosos do pensamento e do método de Karl Marx é, sem dúvida, sua capacidade de captura da síntese do Ser diante de todo um conjunto de múltiplas determinações, afinal, o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações. Bastava citar, para ilustrar tal capacidade, a façanha de Marx ter conseguido brilhantemente reduzir toda a acumulação ampliada do capital, ou seja, o próprio movimento do capitalismo em uma simples fórmula $D - M - D'$, ou a fórmula geral $D - M \dots P \dots M' - D'$, onde o primeiro D vai para a esfera da circulação e depois passa pela esfera da produção, onde o valor da mais-valia é acrescido e transferido para M' , que por sua vez volta para a esfera da circulação para tentar se converter em D' . Mas como se isso não bastasse, Marx também apresentou-nos a essência do próprio modo de produção capitalista: “O processo capitalista de produção consiste essencialmente na produção de mais-valia, configurada no produto excedente ou na parte alíquota das mercadorias produzidas na qual está materializado trabalho não-pago. Nunca devemos esquecer que a produção dessa mais-valia - e faz parte dessa produção reverter fração da mais-valia em capital, ou seja, acumular - é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista.” (Marx, O capital, L3, V4, p. 280)

Com Marx, portanto, aprendemos que produzir mais-valia é a essência do modo de produção capitalista. Mas o foco deste ensaio é a busca do entendimento da categoria “crise” no pensamento de Marx, e para essa categoria Marx também nos brindou com sua capacidade de síntese do real.

Para Marx, em condições normais: “Parte da mais-valia tem de ser consumida como renda e parte tem de ser capitalizada, não importando que a mais-valia produzida em certos períodos seja totalmente consumida ou inteiramente capitalizada.

A fórmula geral só pode representar a média do movimento e neste ocorrem capitalização e consumo.” (1980, L. 2 vol. 3: 80)

O ciclo D-M-D' precisa ser um ciclo em perpétua expansão, mas as contradições do capital impõe momentos em que o ciclo se quebra. A crise advém quando o ciclo é interrompido. Para Marx: “se uma parte estaca em M' - D', se a mercadoria é invendável, interrompe-se o ciclo desta parte, não se efetivando sua substituição pelos respectivos meios de produção; as partes seguintes que surgem no processo de produção como M' são impedidas pela que as precede, de mudar de função. Se isto se prolonga bastante, restringir-se-á a produção e todo o processo se deterá.”(1980, L. 2 vol. 3: 106)

Observando o movimento das mercadorias e do dinheiro no ciclo completo da acumulação ampliada do capital, chegamos ao cerne da questão ou na essência última da determinação da categoria “crise” para Marx. Para o filósofo: “sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não teria funcionado como capital produtivo. Esta teria se transformado em capital-mercadoria que não estaria enriquecido de mais-valia durante o processo de produção, não teria extraído da força de trabalho mais-valia sob a forma de mercadoria, não teria de maneira alguma funcionado como capital.” (1980, L. 2 vol. 3: 119)

Aí está, em síntese, todo o mistério revelado das crises do capitalismo: necessariamente a ação dos capitalistas, ao patentear sua virtude burguesa e transformar o dinheiro em capital a fim de obter o excedente econômico, criam um desequilíbrio estrutural ou inerente à própria acumulação de capital ao colocar, em termos de valor, sempre mais mercadorias na esfera da circulação do que dela retira, já que as mercadorias que retirou do mercado, na forma de força de trabalho, matérias primas, etc, (M) são necessariamente menores, em termos de valor das mercadorias que devolve para o mercado (M'), uma vez que agora estão acrescidas da mais-valia. E em termos de dinheiro, retiram do mercado, em termos de valor (D), sempre um quantum menor do que colocam (D') na condição agora de vendedores das mercadorias, já que o dinheiro que retorna ao capitalista, em condições “normais” é necessariamente maior, pois ali está contida a mais-valia em termos de valor e na

forma de dinheiro. Mas o que os capitalistas estão fazendo (eles fazem mas não sabem), é criar um desequilíbrio intransponível entre a oferta e demanda global e sobre os movimentos monetário.

Se somarmos a esta contradição interna e constitutiva do movimento do capital às forças a ele inerentes, tais como a concorrência entre os capitalistas e a luta de classes (trabalhadores versus detentores do capital), o corolário será a constante revolução tecnológica, que se consubstancia no aumento constante da composição orgânica do capital e na tendência à queda da taxa de lucro. No capítulo XV, sobre as forças contrárias a lei da queda da taxa de lucro, Marx tratará de explicar que: “Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são apenas aspectos diferentes do mesmo processo, no sentido de que ambas expressam o desenvolvimento da produtividade.” (Marx, 1980, L.3, V.4, p.278)

Todos os ingredientes intrínsecos à acumulação são explosivamente geradores de forças que funcionam como fontes permanentes de geração da crise, sendo assim, fica claro que, para Marx, as crises são inerentes ao processo de produção de mais-valia, ou seja, ao próprio movimento do capital. Nesse sentido, não causa espanto o fato do pensamento econômico burguês ter toda sua base teórica fundada no mito do “equilíbrio econômico no mercado”, digo mito pois com a leitura de Marx fica claro que o equilíbrio seria a própria morte da acumulação de capital, pois pressuporia a acumulação simples, ou seja, a ausência de excedente econômico. Por isso que Marx reconheceu nessas escolas burguesas o caráter de mera ideologia apologética.

Podemos ver o processo por outro aspecto: “O trabalho é a medida do valor. Mas, na troca com o capital, o trabalho vivo tem valor menor que o trabalho materializado por que se troca. O salário, o valor de determinada quantidade de trabalho vivo, é sempre menor que o valor do produto que é criado por essa quantidade de trabalho vivo, ou que a representa”. (Engels, F. Prefácio. In: Marx, 1980, L.2: 19).

É tentador para os economistas interpretar a crise como crise de subconsumo. Entretanto, Marx nos adverte que: “É mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuados os casos do indigente e do gatuno. Ficarem as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores (sejam as mercadorias compradas, em última análise, para consumo produtivo ou para

consumo individual). Mas se, para dar a essa tautologia aparência de justificação mais profunda, se diz que a classe trabalhadora recebe parte demasiado pequena do próprio produto, e que o mal-estar seria remediado logo que recebesse parte maior, com aumento dos salários - bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente por um período em que os salários geralmente e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva participação maior na fração do produto anual destinada ao consumo. (...) A produção capitalista patenteia-se, portanto, independente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador de uma crise”. (Marx, 1980, L.2, V. 3, p. 439)

3. Crise estrutural e o momento Grundrisse

A crise do capital na atual quadra histórica é uma realidade para todos os povos do planeta. De fato, não há um só rincão do mundo onde o capital não tenha se instalado e com ele sua crise. Na origem a crise se manifestava fundamentalmente como crise cíclica, como a crise da década de 1870 e assume por vezes a forma de depressão, como em 1929. Já no final do século XX e início do século XXI, a crise do capital ganhou a dimensão de uma crise estrutural.

A acumulação de capital é a própria expressão de uma crise permanente. Segundo Meszárós (1997: 152) o capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. (...) Um sistema de reprodução não pode se auto condenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Na crise estrutural, as forças produtivas se transformam em forças destrutivas como já entendia Marx, “no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas.” (1986: 107)

A crise atual, vista como crise estrutural do capital que vem desde os anos 1970, ou enquanto sua manifestação empírica, representada pelo estouro da bolha financeira de 2008, tem suas origens ontológicas na crise do capital anteriormente abordada. O que chama mais a atenção em sua manifestação atual é, em primeiro lugar a sua aparência financeira especulativa na atual fase de globalização (Santos,

2002) e, em segundo lugar a forma como o capital se apoderou da esfera pública para administrar a coleta da mais-valia do sistema, para transferi-la para o capital que assume a forma eminentemente financeira e global. Isto significa que atualmente a crise se manifesta como déficit público ou como dívida pública gigantesca na medida em que na crise estrutural, (veja por exemplo, o caso do Brasil onde praticamente metade da arrecadação de impostos anuais são destinados ao pagamento dos juros da dívida interna) os capitais usam do expediente de impor uma política econômica a todos os países, e aqui o FMI e o Banco Mundial tem papel decisivo, tem por objetivo remunerar o capital na forma de juros de títulos da dívida pública, de modo que toda a sociedade passa a transferir o excedente econômico para os capitais, que garantem no mínimo a taxa de juro arbitrada pelos Bancos Centrais, e ainda tem a garantia do fundo público, ou seja, o déficit público é na verdade a remuneração dos capitais privados no afã de manter sua insaciável e ontológica acumulação pela acumulação.

As crises estruturais se referem a processos mais complexos de médio e longo prazos. São crises identificadas como crises do sistema econômico, podem ser provocadas por longas fases de queda nas taxas de lucros. Podem também refletir ondas longas, mudanças estruturais relacionadas às revoluções tecnológicas disruptivas e a mudanças nos padrões de produção e de circulação do capital.

A complexidade da atual crise estrutural do capital exhibe os seguintes aspectos:

1. Crise ecológica: sociedade destrutiva, produção de lixo, agrotóxicos, produção de armamento, necessidade de guerras e destruição para manter a demanda efetiva, contaminação da água e do ar, aquecimento global.
2. Crise nas relações sociais: crise no trabalho assalariado, lei tendencial da queda da taxa de lucro, uberização, informalização, platamorfização com desdobramentos na desigualdade social crescente, pobreza e extrema pobreza.
3. Crise na ideologia dominante de justificação da sociedade do capital: crise do neoliberalismo, ascensão do “populismo” fascismo.
4. Transição entre uma ordem fundada na *pax* norte-americana e europeia para um *mix* de multipolaridade com as novas organizações centradas nos interesses da Eurásia. Ascensão da China como potência global e do BRICS Plus, que tende a integrar mais 30 países nos próximos anos.

Há que se ressaltar que a quarta revolução tecnológica em curso no mundo representa a mais radical transformação nas forças produtivas na história do capitalismo. O cerne do impacto da quarta revolução tecnológica foi analisada por Robert Kurz (Colapso da modernização): na quarta revolução industrial, as forças

racionalizadoras de força de trabalho, são maiores do que as forças criadoras de novos postos de trabalho nos novos setores. O resultado já é sobejamente estudado: a criação de um exército de desocupados sem qualquer condição real de absorção pelo mercado de trabalho.

Alguns elementos essenciais desta revolução tecnológica e de suas tecnologias disruptivas são: “Inteligência artificial, robótica, 5G, Big data, biotecnologia, holografia, nanotecnologia, impressora 3D, internet das coisas (prédios, implantes, óculos, veículos, máquinas, robôs interligados, lente de contato), QRCode to pay, realidade aumentada, engenharia genética, Big Techs, C&I, open innovation, informática, cibernética, novos materiais inteligentes, toyotismo, semi-condutores, etc”. (Gennari, 2022: 37)

Todas essas formas e processos caminham *pari passu* com o interessante fenômeno da chamada “inovação aberta” (Chesbrough: 2006) que avança em alguns centros tecnológicos do ocidente, mas principalmente do outro lado do mundo, em algumas cidades chinesas, com destaque para Shenzhen.

A revolução tecnológica em pauta chama a atenção por suas diferenças em relação às anteriores. Chamamos essas mudanças e impactos de *grundrissização* da sociedade em uma referência a *Fragmento sobre máquinas* do clássico texto de Karl Marx (2011).

Nesta parte dos *Grundrisse* Marx entende que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, isto é, o desenvolvimento do capitalismo, tende a criar um “sujeito social”, um “conhecimento social” representado por uma força produtiva social capaz de alterar ou de empurrar o capitalismo para seus limites históricos.

Segundo Bacchi (2020: 32) “a partir de meados da década de 1960, houve um salto qualitativo na construção de máquinas que mudou seu caráter. Este salto se deu em função do surgimento da máquina programável, que introduziu a aplicação, nas máquinas, de um quarto órgão, o órgão de controle.” Gostaríamos de sugerir que isto que Bacchi chama de “órgão de controle”, o cérebro da máquina, coloca certa materialidade, ou dá realidade, às ideias abstratas de Marx dos *Grundrisse*.

Há que se considerar que Estado vem ganhando nova configuração nesta etapa de “crise estrutural do capital”, ou seja, no período recente. Há praticamente um século, V. I. Lênin lançou sua obra clássica sobre o imperialismo (Imperialismo, etapa superior do capitalismo), onde nos advertiu que a união entre o capital industrial com

o capital bancário havia redundado na mais avançada fase do capitalismo: o imperialismo.

Entretanto, já no início do século XXI, o capitalismo ganha uma nova dimensão em sua acumulação ampliada do capital, com a crescente relevância de grandes blocos de investimentos globais, onde apenas 3 empresas controlam quase a totalidade dos investimentos e das carteiras de ações (Vanguard, Black Rock e State Street).

O Estado nacional deixou de ser apenas uma “condensação de forças” (Nicos Poulantzas) para se converter num verdadeiro sócio do capital financeiro global. Isto vai ficando cada vez mais claro com a crescente demanda dos Estados das grandes potências, no complexo industrial militar, mas não é este o principal foco da parceria entre o Estado e o capital mas a crescente relevância do déficit público e da dívida pública, principalmente o montante crescente da relação dívida/PIB.

O Estado garante a transferência da mais-valia gerada na sociedade para os conglomerados de investimento, e nas crises, como transferências diretas, sobretudo quando a queda na taxa de lucro e os ciclos tendem à quebra geral. O Estado mantém elevada sua dívida pública e sempre está a buscar o chamado equilíbrio fiscal e se possível o superávit primário. Tudo isso significa a garantia de que o Estado irá captar a mais-valia social na forma de impostos, taxas, títulos, letras, etc, e a transferirá aos investidores. Esta é a fase da financeirização do capitalismo que engole o próprio Estado, transformando-o em sócio privilegiado e garantidor de última instância da remuneração do capital privado. O impacto político é devastador para a democracia burguesa com a ascensão de vertentes totalitárias e neo-fascistas, já que a democracia vai se tornando a democracia dos bilionários.

No Brasil, tal processo teve seu início mais acabado com a introdução das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, pela equipe Campos/Bulhões no PAEG, no Governo ditatorial de Castelo Branco em 1964.

A quarta revolução tecnológica representa a mais radical transformação nas forças produtivas desde a sua primeira versão na Inglaterra do século XVIII. Ela traz alterações qualitativas no desenvolvimento das forças produtivas com impactos jamais vistos em todas as esferas da vida.

Esta revolução tecnológica chama a atenção por suas diferenças em relação às anteriores. Tais diferenças são intrigantes e recolocam algumas questões esquecidas.

Chamamos essas mudanças e impactos de *grundrissização* da sociedade. Por isso, faremos uma rápida visita à parte sobre maquinaria do clássico texto de Karl Marx.

Segundo Mason, “os cadernos, conhecidos coletivamente como *Grundrisse* (que se pode traduzir como *Esboço* ou *Fundamentos*), serão resgatados, mas não lidos, por Engels. Serão guardados no quartel-general do partido social-democrata alemão até a União Soviética comprá-los nos anos 1920. Só serão lidos na Europa Ocidental no final da década de 1960, e em inglês somente em 1973. Quando finalmente puderam ver o que Marx está escrevendo nesta noite fria de 1858, os estudiosos admitirão que aquilo ‘põe em cheque todas as interpretações sérias de Marx já conhecidas’. O texto em questão é o *Fragmento sobre máquinas*” . (Mason, 2015: 206-7)

Nesta parte dos *Grundrisse* Marx apresenta uma ideia muito interessante e a partir daqui é de fundamental importância pensar dialeticamente o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, isto é, o desenvolvimento do capitalismo, tende a criar um “sujeito social”, um “conhecimento social” representado por uma força produtiva social capaz de alterar ou de empurrar o capitalismo para seus limites históricos. Mas como? Segundo Marx, “a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria.” (Marx: 581). Neste sentido, “a acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como forma mais adequada do capital de modo geral.” (Marx, 2011: 582)

O saber humano passa a integrar o processo produtivo no próprio interior da maquinaria como capital fixo e o “desenvolvimento pleno do capital só acontece (...) quando o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência.” (Marx: 2011: 583)

Deste modo, a permanente e crescente aplicação da ciência e tecnologia no processo produtivo acaba por perturbar a forma valor na medida em que a parte de trabalho vivo nas mercadorias torna-se cada vez menor. Pense, por exemplo, qual é o valor ou a quantidade de trabalho vivo existente de uma música eletrônica executada e compartilhada livremente n vezes na sociedade, ou um software igualmente compartilhado, ou um verbete produzido coletivamente e mundialmente do Wikipédia? Segundo Marx, “Há um processo de exacerbação das contradições do capital que se apresentam visceralmente no mundo atual. Verifica-se que “na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso –, e é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção.” (Marx, 2011: 583)

Jaz eternamente no tótem de Marx os motivos de ele não ter explorado ou aprofundado essas ideias em sua obra de maturidade “O Capital”. Inclusive, as vezes, vemos uma teoria que de certo modo nega a teoria do valor, simplesmente porque Marx pensa dialeticamente e, neste sentido, o capital não é visto como uma relação social eterna, como nas famosas ideias de Fukuyama sobre o fim da história, mas uma relação contraditória que tende a superar-se. Segundo Marx, “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção.” (Marx, 2011: 588)

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a subordinação das ciências e tecnologias ao capital, o trabalho do ser humano vai se transformando em trabalho de

“supervisor e regulador” . Nesta direção, Marx vai além e apresenta um “indivíduo social” como o verdadeiro criador de valor: “ele [o ser humano] se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. (2011: 588)

E com esta reflexão, Marx conclui que “tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral. (Marx, 2011: 588)

Quando o trabalho excedente estiver deixando de ser a fonte de riqueza social estaremos nos limites históricos da relação social dada pelo capital e sendo assim, numa fase histórica complexa geralmente e posteriormente entendida como fase de transição. São essas complexas questões que a quarta revolução tecnológica e a crise estrutural do capital colocam de fato como questão real da sociedade hoje. Para Marx dos Grundrisse, quando o tempo de trabalho vai deixando de ser a medida da riqueza, o tempo livre passa a substituí-lo como fonte de toda a riqueza social, o que para nós aparece como algo estranho, ou seja, com o desenvolvimento do “intelecto geral” o tempo disponível passa a ser a medida da riqueza e não o tempo de trabalho, ou seja, “com o desenvolvimento da grande indústria, a base sobre a qual ele se sustenta – a apropriação do tempo de trabalho alheio – deixa de constituir ou de criar a riqueza, com tal desenvolvimento o *trabalho imediato* enquanto tal deixa de ser a base da produção, ao ser transformado, por um lado, em uma atividade mais de supervisão e regulação; mas, por outro lado, também porque o produto deixa de ser produto do trabalho imediato isolado e porque, ao contrário, a *combinação* da atividade social aparece como o produtor. (Marx, 2011: 591)

Das ideias apreciadas até aqui, podemos sintetizar os elementos da crise da civilização do capital vislumbrada por Marx: 1) o desenvolvimento da grande indústria corrói a base da produção e da sociedade capitalista; 2) fim da teoria do valor, ou seja, o trabalho excedente como medida do valor, ou o valor de troca como

medida do valor. O tempo de trabalho vai deixando de ser medida do valor e vai cedendo lugar ao cérebro social, ao intelecto geral, ao indivíduo social; 3) abolição do trabalho individual e criação do trabalho social; e 4) aumento do tempo livre como medida de riqueza. Assim, Marx conclui esta parte dos Grundrisse: “ da mesma forma que o sistema da economia burguesa só se desenvolveu gradativamente para nós, também se desenvolve a sua própria negação, que é seu resultado último. ” (Marx, 2011: 594). Podemos observar empiricamente que, todos esses elementos estão presentes no mundo real como parte da contradição da sociedade, ou seja, estamos diante de suas manifestações empíricas, como por exemplo, as taxas de desemprego e desocupação. Se contarmos os desistentes e os nem-nem (sem trabalham e sem escola) chegaremos a cifras absurdas.

4. Considerações finais:

Dos estudos sobre a crise de Karl Marx podemos depreender que o capitalismo não entra ou sai de uma crise, ou que a civilização o capital está ou não está em crise. Nas análises de Karl Marx sobre o assunto, depreende-se que o capital é a própria crise em processo. Crise e contradição em processo. Desequilíbrio permanente como forma e conteúdo de sua própria existência. Não é por acaso, que os chamados economistas apologéticos ou mais precisamente os economistas da escola neoclássica, supõe a existência de um equilíbrio no mercado, ou de um equilíbrio dinâmico. Esta teoria apologética é claramente uma criação mental sem fundamentos no mundo real, ou seja, é uma não-teoria ou uma versão irracionalista do mundo real, já que desconsidera os movimentos concretos do real ou da história. Já em Marx, principalmente na obra *O Capital*, é esclarecedor observar os movimentos contraditórios e necessários à própria existência do capital enquanto totalidade concreta. Por exemplo, é impossível a existência do capital sem a produção do excedente econômico, ou mais precisamente, sem a produção da mais-valia. A mais-valia é o próprio produto da mais importante contradição do capital, ou seja, o desequilíbrio permanente entre a produção do valor e a porção do valor produzido coletivamente, não pago e apropriado privadamente pela classe detentora do capital. Este desequilíbrio proveniente da esfera da produção permanecerá vivo em todo o processo de produção e circulação do capital e reaparecerá como crise econômica de superprodução de mercadorias. É quando o desequilíbrio, ou a desigualdade que nasce

necessariamente na esfera da produção, se manifesta empiricamente na esfera da circulação, seja por superprodução de mercadorias ou por uma queda nas taxas de lucro, o fato é que o desequilíbrio real do capital se manifesta permanentemente. Na prática, a burguesia trata de queimar parte do capital para buscar repor o desequilíbrio em processo para a manutenção da produção do excedente, ou trabalho não pago, de modo a buscar repor as condições para que a crise se mantenha em processo.

Não é nosso objetivo neste pequeno ensaio confrontar as ideias de Marx com as ideias de Mezsáros, entretanto, podemos opontar que estas reflexões, baseadas nos estudos de Karl Marx, desafiam as teses de crise estrutural de Isván Mezsáros, na medida em que a crise do capital é estrutural na sua essência, já que o capital é a própria crise, e para Mezsáros, a crise estrutural do capital se instalou no final do século XX, como crise ecológica e crise nas relações sociais. Poder-se-ia argumentar em favor de Mezsáros que historicamente a crise do capital ganhou novas formas e novos elementos estruturais, por exemplo, é de fato a primeira vez que a produção capitalista coloca em risco a própria existência do planeta e da humanidade com a produção de lixo e o aquecimento global derivado da forma de produção e queima de combustíveis fósseis, entretanto, poder-se-ia também argumentar que a crise atual do capital é apenas a manifestação acabada da própria crise em processo do capital já apontada por Marx e que sua atual manifestação expressa aquilo que também apontou Marx, no Manifesto Comunista, onde em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, as forças produtivas se transformam em forças destrutivas.

Neste debate teórico não há respostas fáceis e rápidas pois estamos lidando com dois grandes filósofos que nos inspiram, muito embora sabemos das limitações da ciência econômica. Penso que o debate está aberto e merece aprofundamento do significado do processo de crise que é o próprio processo de produção de mercadorias, sendo que a referência de Karl Marx se coloca como fundamental para o encaminhamento do debate e interpretação deste momento da crise do capital.

5. Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. (2020) *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo.
- ARRIGHI, G. (1994) *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

- BARCA, Stefânia. (2012) “On working-class environmentalism: a historical and transnational overview”. *Interface: a journal for and about social movements*. Vol. 4 (2) 61-80. November.
- CHESNAIS, F. (1995) “A globalização e o curso do capitalismo de fim de século”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- GENNARI, Adilson M. “Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno” *Revista Fim do Mundo*, n. 08, jul-dez. 2022. SP: Unesp.
- GENNARI, Adilson M. (2020) “Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um aviso raro na dialética brasileira”. *Revista Fim do Mundo*, n. 1, jan-abr 2020. Marília – SP: UNESP.
- HAYEK, F. Von. (1977) *O caminho da servidão*. 2. Ed. São Paulo: Globo.
- MARX, Karl. (1980) *O Capital – crítica da economia política*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- MARX, Karl e ENGELS, F. (1980) *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: CHED.
- MARX, Karl & ENGELS, F. (1986) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, Karl. (2011) *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- MASON, Paul. (2015) *Pós-capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- MÉSZÁROS, István. (1989) *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. SP: Ensaio.
- MÉSZÁROS, István. (2002) *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- MISES, Ludwig Edler von. (1953) Primeira edição 1912. *The theory of money and credit*. New Haven: Yale University Press.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1998) *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. (2019) *História do Pensamento Econômico*. 2. Edição, São Paulo: Editora Saraiva.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2002) *Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cotez.
- SAY, Jean Baptist. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. (2020) “Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista”. *Revista Fim do Mundo*. n. 2 mai-ago 2020. Marília – SP: UNESP.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. “Das crises cíclicas à crise estrutural do capital”. *Revista Fim do Mundo*. n. 9. Jan-jun/2023. Marília: UNESP, 2023.